

# O Brasil que o povo negro quer



## ***Contribuição ao Programa de Governo Lula 2018***

*(Texto base para discussão com os partidos da base aliada, movimentos sociais, estudiosos e formuladores de políticas públicas para a população negra)*

1ª versão



Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores

## INTRODUÇÃO

A campanha de ódio, xenofobia, racismo, misoginia e homofobia que vemos hoje nas redes sociais e até na grande mídia não surgiu após as últimas eleições. Têm raízes no desconforto de uma elite e uma classe média boçal que, mesmo não tendo perdido privilégios – ao contrário, sua qualidade de vida e acesso ao consumo melhorou – se incomoda com a ascensão social dos mais pobres, promovida pelos governos Lula e Dilma. Esse ódio é temperado cotidianamente por jornalistas e “analistas” que desqualificam os beneficiados de programas sociais e produzem calúnias à conta-gotas nas TVs, rádios, jornais e revistas semanais; programas de humor francamente racistas e humoristas de “stand up” que se apresentam como transgressores, mas apenas reciclam os velhos preconceitos; artistas decadentes que para sair do ostracismo aderem ao discurso reacionário dos seus padrões, somados a certos intelectuais que produzem teses a partir do seu olhar e interesses de classe/raça. Isso tudo foi criando um “caldo de cultura” que se manifestou de maneira mais estridente após as últimas eleições, com lideranças demo/tucanas desqualificando o voto dos pobres e nordestinos e as bizarras manifestações de ódio de classe e de raça que assusta e indigna a todos nós.

As manifestações de junho de 2013, que em alguns momentos estavam mais para um grande “flash mob”, tiveram aspectos positivos. Contudo, contribuíram para que se “abrissem as portas do inferno”, colocando nas ruas demandas esdrúxulas, reivindicações obscurantistas e o aprofundamento da despolitização da juventude, materializada na palavra de ordem “sem partido” e na hostilidade ao movimento sindical, estudantil e movimentos sociais. Os segmentos mais reacionários da população brasileira surfaram na falta de propostas concretas daquelas manifestações de milhões de jovens, a maioria sem saber contra o que protestavam, insuflados pela grande mídia, que além de aproveitar para impor a sua pauta, vislumbrou a possibilidade de desgastar o governo de Dilma Rousseff, criando um falso “apelo popular” para legitimar o golpe. A extrema direita perdeu a vergonha e se sentiu legitimada para ir às ruas propagar preconceitos pavorosos, ódio ao Brasil e aos brasileiros pobres e negros, a quem – neste particular, corretamente – identificam com os governos democrático populares, encabeçados pelo PT.

A adesão dos setores organizados da extrema direita às manifestações contra a realização da Copa do Mundo deu longevidade e musculatura àquelas demandas reacionárias, antipopulares e inimigas do País, como bem ilustra foto que rodou pelas redes sociais de um mascarado vestido com a bandeira dos Estados Unidos e exibindo uma bandeira do Brasil escrito lixo. Novamente surfaram nos atos públicos que mesclavam demandas legítimas por uma Copa que contemplasse os trabalhadores com a torcida (e ação de sabotagem, mais uma vez encabeçada pela mídia) pelo fracasso do evento, objetivando desgastar o governo e reforçar o “complexo de vira lata” que sustentava nossa incapacidade para promover um evento daquela envergadura. O sucesso da Copa fez crescer o ódio destes segmentos na mesma proporção da sua frustração pelo vexame não ocorrido que, indubitavelmente, seria creditado ao Governo Federal.

As eleições de 2014 escancararam, de maneira inequívoca, dois projetos de país. Um elitista, subordinado aos interesses do capital internacional, excludente, racista, xenófobo, fundamentalista, antidemocrático, portanto fascista. E outro democrático/popular, inclusivo, igualitário, generoso, defensor da livre determinação dos povos, laico e democrático, portanto rumando para o socialismo. O projeto conservador, no primeiro turno foi capitaneado por Marina Silva e Aécio Neves e sua união no segundo turno apenas explicitou as semelhanças que no primeiro não estavam tão evidentes.

Apesar da mais organizada e violenta campanha midiática contra um partido e um governo de que se tem notícia no País e o colossal aporte do sistema financeira nacional e internacional, ganhamos as eleições. Vencemos mas o resultado não foi bom. O nosso partido perdeu cadeiras na Câmara e no Senado, assistimos o aumento das bancadas fundamentalistas, da bala, de ruralistas, de empresários. Mesmo grande parte daqueles que se apresentavam como base aliada, eram conservadores e comprometidos com o capital e não com o trabalho, apontando para uma relação ainda mais difícil com o Congresso. São Paulo - o maior colégio eleitoral do Brasil – deu o tom do que estava por vir: vitória no primeiro turno do tucano Geraldo Alckmin, derrota de Dilma no primeiro e no segundo turno, derrota do nosso senador, diminuição das bancadas federal e estadual e expressiva votação de celebridades que desqualificam a política, candidatos

demagogos, atrasados e fundamentalistas. Fatos que reafirmam este estado como epicentro do conservadorismo e terreno fértil para as propostas da extrema direita, inclusive as golpistas. Por outro lado, foi gratificante percebermos que parte significativa da votação da nossa candidata no apertado segundo turno foi devido a tomada de posição de militantes de base, dirigentes médios e até de lideranças de grande expressão dos partidos de esquerda que perceberam o que estava em jogo e o perigo que poderia significar a vitória de Aécio.

Cumprindo os desígnios do seu DNA antidemocrático a extrema direita e a direita, capitaneadas pelo DEM/PSDB – sempre com amplo apoio da mídia golpista - não se conformou com a derrota e, sem nenhum pudor, tentaram promover um terceiro turno. Questionaram a legitimidade das eleições no Tribunal Superior Eleitoral e promoveram manifestações pelo Impeachment da presidenta, defendendo até mesmo a volta do regime militar. Com o apoio de um Judiciário elitista, reacionário e profundamente comprometido com os interesses do capital financeiro internacional e a militância explícita de uma mídia inimiga do País, foi promovido um golpe de Estado, argumentando-se corrupção e “pedaladas” fiscais. Não obstante, o vice traidor e diversos governadores golpistas protagonizaram exatamente as mesmas “pedaladas” e o governo que assume é campeão de ministros denunciados, indiciados –e alguns até mesmo presos – por corrupção e malversação de verbas. O grande operador do golpe, o ultra fundamentalista e chefe de um poderoso esquema de compra de deputados, o ex presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, está formalmente preso. Tudo indica, todavia, em condições privilegiadas, portanto calado, como parte do acordo político/financeiro patrocinado pelo presidente da República, como ficou explícito nas gravações da JBS.

O Brasil de 2018 não é nem sombra do que era em 2014. Naquele ano éramos a sétima economia mundial e em 2013, com crescimento de 2,3%, apresentamos o nono maior crescimento do PIB do mundo, consolidando-nos como o quinto país em reservas internacionais, com US\$ 377 bilhões em caixa. Nos governos FHC eram apenas US\$ 37,8 bilhões. A inflação média nos 8 anos de governo FHC foi de 9,1%, enquanto a inflação média dos 8 anos de governo Lula foram de 5,7%. A dívida pública líquida foi reduzida pela metade, de 60,4% para 33,8% do PIB. Éramos o

primeiro produtor e exportador de soja, café, açúcar, suco de laranja, carne bovina frango, celulose de eucalipto, de etanol e biodiesel. Além de campeão, na região, na fabricação de jatos. Em nível global, estávamos em segundo lugar como exportador de alimentos, produtor de minério de ferro, gerador de energia hidrelétrica; em terceiro como produtor de frutas, fabricante de aviões comerciais, produtor de alumina e calçados; em quarto no ranking global como produtor de confecções, indústria naval, cimento, bauxita, celulose e extensão de rodovias, apesar do discurso mentiroso repetido à exaustão pela mídia golpista do “descalabro” da nossas estradas. Éramos o quinto maior produtor têxtil, de telefones celulares e fixos; nossa indústria de veículos ocupava a sétima posição entre os fabricantes do mundo todo, assim como a indústria química e a geração de energia elétrica. Éramos o oitavo maior produtor de alumínio primário, o nono produtor de aço e papel; a indústria naval ressurgiu das cinzas e cresceu 19,5%, empregando 10 vezes mais que em 2003; o investimento na agricultura foi dez vezes maior do que em 2002. Tornamo-nos o terceiro maior mercado consumidor de computadores pessoais do planeta, o quarto maior mercado de veículos e usuários da internet, além de alcançar a marca de sétimo maior mercado consumidor do mundo. Nossa força de trabalho era a quarta maior do planeta com 104 milhões de brasileiros e brasileiras empregados.

Hoje vivemos em uma conjuntura onde o PT e a nossa principal liderança, o ex-Presidente Lula, sofrem um violento ataque das forças conservadoras, que se sentem mais poderosas ainda após o vitorioso golpe de Estado que destituiu a presidenta Dilma Roussef, abrindo espaço para uma quadrilha de corruptos e corruptores e absolutamente subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

O golpe contra Dilma e a tentativa de impedir Lula de ser candidato significam também ataques a história da luta de combate ao racismo e as conquistas da população negra durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Representa ataque a uma das primeiras medidas do Governo Lula, a aprovação da Lei 10639 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, que tem como ponta de lança a verdadeira excrescência obscurantista que se autodenomina “Escola sem Partido”. É um ataque a criação da SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial; ao PROUNI e as cotas que tem garantido o acesso de milhares de jovens negros e negras às universidades públicas e privadas; às políticas de transferência de renda, que beneficiam a população negra e pobre e que tem contribuído para reduzir a desigualdade; as políticas para a superação do racismo e para a erradicação da pobreza implementadas em nossos governos, que tem melhorado as condições de vida e trabalho da população negra e pobre. É um ataque ao fato do PT nos seus 38 anos de existência ter se tornado um dos maiores partidos de esquerda do mundo e chegado a Presidência da República, elegendo por sucessivos mandatos um operário sem escolarização formal e uma mulher que chegou a pegar em armas para lutar contra a ditadura civil/militar que desgraçou nosso país por 21 anos.

Nós, negras e negros militantes de vários partidos de esquerda e de inúmeras entidades do movimento social, reunidos em torno do projeto *O Brasil que o povo negro quer* compreendemos que, mais do que nunca, é hora de unidade. Unidade em defesa da democracia, do direito de Lula ser candidato, dos direitos trabalhistas, previdenciários, à educação, a saúde e a vida do nosso povo. Unidade na defesa da soberania nacional, atacada pelos seguidos crimes de lesa pátria do governo golpista e anti povo de Michel Temer e por um Judiciário e um Ministério Público escandalosamente partidários e subordinados à interesses alienígenas. Unidade para eleger novamente aquele presidente que, ao longo de toda a nossa história, mais fez para superação do racismo, para construir a igualdade e valorizar a população afrodescendente.

São por essas razões que apresentamos um conjunto de propostas que gostaríamos representassem o ponto de partida para um profundo debate com toda a sociedade, em particular com as organizações que lutam contra o racismo, parlamentares, executivos, artistas, atletas, religiosos de matriz africana e intelectuais. É nosso objetivo que esse amplo debate resulte em uma plataforma a ser incorporado ao Programa de Governo do nosso candidato. Chamamos atenção ao fato de que não estamos “partindo do zero”. Em 500 anos de luta contra a escravidão e o racismo, homens e mulheres negras construíram propostas para sua superação, em 32 anos desde a retomada da democracia e em especial nos 14 anos de governos democrático popular construiu-se, atendendo as demandas históricas do movimento negro, uma série de políticas públicas que avançaram substancialmente em direção a igualdade racial. Necessário registrar, ainda,

que o governo a ser eleito em 2018 necessariamente fará uma gestão de reconstrução e retomada do exitoso caminho que nosso país trilhava nos governos petistas. Por tudo isso, consideramos que uma ampla aliança com todos os setores progressistas será determinante não só para vencermos as eleições mas, acima de tudo, para superarmos o desmonte patrocinado pelo governo ilegítimo que assumiu o poder a partir de 3 de agosto de 2016. Duas ações são basilares e ponto de partida para a retomada das conquistas que obtivemos nesses 13. Uma de caráter simbólico e que, a bem da verdade, Lula ficou nos devendo quando saiu do governo: a decretação do dia 20 de novembro como feriado nacional. A outra, bastante objetiva pois deve voltar a ser o principal instrumento de implementação de todas as políticas que propomos a seguir: O fortalecimento da SEPPIR, aumento substancial de sua dotação orçamentária e estrutura, além da retomada do seu status de ministério.

## 1) REDUÇÃO DA POBREZA

“Nunca antes” na história desse país se combateu a pobreza e a exclusão da maneira como foi combatida nos governos democrático/popular encabeçados por Lula e Dilma. O programa Luz para Todos, por exemplo, levou luz elétrica a 15 milhões de pessoas de baixa renda, que até então viviam como se ainda estivessem no século XIX. Essa energização, em especial em áreas rurais, levou também desenvolvimento, aumento de renda e dos níveis de consumo para essas regiões mais pobres e distantes dos centros urbanos onde, não por acaso, habitam a maioria das famílias negras. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) investiu R\$ 665 bilhões em obras de infraestrutura contribuindo para a situação de pleno emprego conquistada ao longo dos nossos governos e gerando enorme desenvolvimento e independência econômica ao construir grandes refinarias, usinas hidrelétricas e termelétricas, ferrovias, rodovias, complexos petroquímicos, etc. Historicamente, as principais vítimas do desemprego e com parte significativa da mão de obra concentrada na construção civil, os homens negros foram os principais beneficiados por esse Programa. As obras de Transposição do Rio São Francisco está levando água para mais de 12 milhões de pessoas em 390 municípios do sertão nordestino, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, colocando um ponto final no problema da seca nessas regiões. O Programa Água para Todos até 2014 havia entregue mais de 583.000 cisternas à famílias nordestinas para captarem água da chuva. Essas duas ações gigantescas beneficiaram todos os nordestinos e, por extensão o restante do país ao evitar o êxodo e aumentar o mercado consumidor. A proporção de negros no nordeste brasileiros - todos sabemos - é maior que o sudeste. Essas políticas generalistas beneficiaram toda aquela população mas contemplaram os negros em particular, contribuindo para redução das desigualdades construídas ao longo da escravidão e perpetuadas pelas oligarquias escravistas a partir do seu fim legal.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a pobreza no Brasil caiu em 50,6% somente na Era Lula. A redução da pobreza no Brasil também pode ser verificada pelo chamado índice Gini, o principal indicador que mede a desigualdade de renda em vários países. Em 2002, último ano dos governos tucanos, o índice Gini estava em 0,564. Após 11 anos do PT na presidência, o Índice Gini mostrou uma queda brusca da desigualdade de

renda, passando a 0,526 em 2012, o menor da história desde 1960 quando se iniciaram as medições. Esses dados são resultados diretos de políticas que conseguiram elevar 42 milhões de pessoas a uma condição econômica que mesmo os analistas conservadores classificaram como de classe média e tiraram 36 milhões da extrema pobreza.

Certamente o principal instrumento para diminuição dessa desigualdade e da pobreza foi o Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda do mundo, que atende cerca de 14 milhões de famílias, e está servindo de modelo a outros países. Transferiu valores que, em 2014 iam de 70 a 300 reais à famílias estavam abaixo da linha da pobreza. O Bolsa Família é responsável pela diminuição da mortalidade infantil no Brasil em quase 20%, além de ter ajudado a aumentar a frequência escolar das crianças beneficiadas e de ser responsável pela melhora nutricional do povo brasileiro. Segundo especialistas, cada 1 real investido no Bolsa Família faz retornar 1 real e 78 centavos à economia do país.

Qual a cor e o gênero da maioria das pessoas beneficiados pelo Bolsa Família? Mulheres negras, evidentemente. Portanto, esse é um programa que deve fazer parte da nossa “plataforma negra”, defendido contra os ataques e tentativas de desidratá-lo e, certamente faz parte do conjunto de ações do ***Brasil que o povo negro quer***.

## 1) JUVENTUDE

A juventude negra não é um problema. É a solução. Esmagadora maioria da população brasileira, tem sido a principal vítima do descaso, da violência estrutural e do racismo estrutural no nosso país. Os dados evidenciam o horror perpetrado pelas forças de repressão que tem exterminado sistematicamente e encarcerado de maneira arbitrária essa imensa parcela da população – a sua maior riqueza – que pode e deve ser aproveitada no seu imenso potencial de construção da riqueza e do pensamento brasileiro e não abandonada para tornar-se presa do crime organizado como acontece hoje.

A violência policial, legitimada pelos “autos de resistência”, as arbitrariedades e o racismo institucionalizado das forças de segurança são responsáveis por esses níveis altíssimos de morte e encarceramento da juventude negra e precisa ser combatido com rigor. Essas políticas, todavia, precisam estar articuladas com outras que envolvem acesso ao trabalho, a educação de qualidade, esporte, cultura e lazer. Assim, devem ser prioridades do nosso governo:

- Atuar para reduzir a violência que vitima com maior intensidade a juventude negra, impedir a associação das forças de repressão com o crime organizado,
- Opor-se a qualquer projeto de redução da maioria penal, pena de morte e quaisquer outras propostas que apresentem a violência do Estado e aumento do encarceramento como solução para a violência e a criminalidade,
- Apoio ao Projeto de Lei 4471/2002 de autoria do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), contra os “autos de resistência”.
- Aumento de investimento na rede de proteção em direitos humanos,
- Retomada, com aumento substancial de recursos e aprofundamento das parcerias com estados e municípios do Programa Juventude Viva,
- Criação de um programa de formação e ressocialização dos jovens, em cumprimento de medidas socioeducativas, fornecendo recursos humanos e materiais, ferramentas e acompanhamento adequados para o seu desenvolvimento, em sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- Aceleração da tramitação dos processos que visam indenizar e reparar materialmente as famílias das vítimas de homicídios cometidos por policiais e em unidades prisionais,
- Criar um amplo programa, de caráter obrigatório, de formação em direitos humanos dirigidos a polícia federal, as policias estaduais - civil e militar -, para os funcionários do sistema prisional e de organismo de acolhimento e ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei,
- Criar (ou reforçar) uma ouvidoria pública nacional
- Articular políticas públicas dirigidas à juventude negra, de modo a assegurar o acesso à educação básica, profissionalizante e superior, à saúde, ao esporte e lazer e ao emprego.
- Assegurar a participação dos jovens negros nos órgãos de formulação e execução das políticas públicas para a juventude.
- Estimular as manifestações culturais das juventudes negras, com editais (em especial das Secretarias de Educação, Cultura e Justiça) específicos para fomento de expressões destas juventudes, tais como: os elementos do hip hop (rap, grafite, break), o funk, os saraus das periferias,

## 2) TERRA – ÍNDIGENAS E QUILOMBOLAS

A dívida do Brasil com as comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas é imensa. Os indivíduos e famílias que habitam essas comunidades são o exemplo vivo da resistência ao massacre e a escravidão, perpetrada pelos europeus e seus descendentes. São remanescentes daqueles e aquelas que representaram a vanguarda na luta pela liberdade, pelo direito a terra e contra a exploração genocida. Os nossos governos avançaram de maneira significativa, reconhecendo as comunidades quilombolas e terras indígenas que, na qualidade de primeiros habitantes dessas terras, precisam ter os seus direitos reconhecidos. Todavia, muito ainda necessita ser realizado para que essa dívida monumental seja paga. Assim, nosso governo deve desenvolver diversas ações voltadas a essas comunidades no intuito de preservá-las e permitir que sejam inseridas na economia sem agressão a sua cultura, suas tradições, valores e formas de organização social.

- Direito à terra e ao território e o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas e comunidades negras rurais,
- Assegurar o direito à terra e território dos quilombolas e indígenas, fortalecendo o papel do INCRA, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares e...atuação célere nos processos de certificação, titularidade e regularização dos territórios de comunidades quilombolas, e indígenas,
- Promover a simplificação do acesso ao crédito agrícola e investir no fortalecimento da logística para comercialização da produção nas comunidades quilombolas e negras rurais e indígenas,
- Utilizar as compras institucionais do para merenda escolar, presídios e hospitais para estimular a produção das comunidades negras rurais
- Mapear a situação das comunidades quilombolas e indígenas regularização e formalização dessas terras aos seus donos tradicionais. Cobrar a demarcação das terras indígenas e quilombolas, defesa da sua integridade e ações voltadas a educação, saúde, trabalho e renda,
- Estabelecer um diálogo com a CONTAG E MST contribuindo no debate, hora em curso, acerca de projeto que estão discutindo com o INCRA de disponibilização de terras na reforma agrária para famílias negras, promovendo, inclusive, a ruralização dessa população.

### 3) HABITAÇÃO

Minha Casa, Minha Vida, junto com o Bolsa Família, foi o programa social de maior alcance e mais exitoso dos nossos governos. Em 2014 havia contratado mais de 3 milhões de casas para pessoas de baixa renda e desses 3 milhões, mais de 1,4 milhão de moradias já haviam sido entregues para os pobres. Complementado pelo Minha Casa Melhor favoreceu aqueles beneficiários na compra de móveis e eletrodomésticos para sua nova casa com um cartão dado pelo governo, com juros mínimos e prazos longos. Qual a cor da maioria das famílias de baixa renda beneficiados por esse programa? Evidentemente que a grande maioria são de negros. Além disso, a construção dessa quantidade colossal de residências fez aumentar o emprego na construção civil e mais uma vez beneficiando trabalhadores negros, grande maioria dos empregados nesse setor. Com uma visão ampla e atendendo a demanda dos próprios movimentos por moradia o programa prioriza, ainda, a titularidade da propriedade para a mulher, considerando que tradicionalmente esta é mais comprometida do que os homens na manutenção e no cuidado com a família. Ou seja, neste segundo mais importante programa dos governos petistas, mais uma vez a mulher negra é a grande beneficiária. Mais uma razão para que ele seja uma prioridade, e que seja aumentado, em busca do *Brasil que o povo negro quer*.

#### 4) SAÚDE

O Programa Farmácia Popular, criado em 2004, vende mais de 100 medicamentos a preço de custo para populações de baixa renda e existem quase 600 unidades de farmácias populares no Brasil onde os medicamentos são vendidos a até 10% do valor do medicamento nas farmácias normais. O Programa Mais Médicos, objeto do ódio xenófobo e racista de entidades médicas brasileiras e de parte significativa da classe média, trouxe para o País mais de 14.000 médicos estrangeiros para atender uma população de quase 50 milhões de pessoas que antes não tinham acesso a profissionais médicos. O orçamento da saúde pública saltou de 33 bilhões em 2002 para 106 bilhões em 2014, mais do que o triplo do valor investido no SUS. Vinte e cinco por cento dos *royalties* do pré sal foram destinados, por lei, à saúde, conforme projeto apresentado pela ex presidente Dilma Rousseff. São homens, mulheres e crianças negras, em sua maioria, aqueles que são atendidos pelo SUS. Portanto, mais uma vez essa acertada política generalista beneficia toda a população e melhora a condição de vida dos negros, em particular, uma vez que é dirigido a parcela da população mais pobre e dependente do Estado.

Todavia, o Sistema Único de Saúde ainda é um espaço significativo onde o racismo estrutural e institucional se faz presente. Pesquisa do próprio Ministério da Saúde, em 2014, demonstra como as mulheres negras são discriminadas no atendimento ao longo do processo de gravidez até quando dão a luz. Essa discriminação, aponta a pesquisa, tem como principal consequência o auto índice de mortalidade infantil e materna de crianças e mulheres negras em proporções que chegam quase o dobro das mulheres e crianças brancas. Muito ainda precisa ser feito na área da saúde da população negra e é nesse sentido que consideramos que nosso governo deve investir na saúde da população negra, implementando as seguintes medidas:

- Retomar com mais verba, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Saúde da População Negra, visando prevenir e tratar doenças que afetam prevalentemente esta população, em consonância com o previsto na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

- Implementar programas de saúde dirigidas à mulher, que contemplem as intersecções entre raça e gênero
- Fomentar nas universidades estaduais, por meio de editais e linhas de financiamento, incluindo CNPQ, o desenvolvimento de pesquisas sobre as doenças com agravos e prevalência na população negra e indígena, bem como formação e treinamento a profissionais de saúde para atender ao princípio da equidade na atenção à saúde, considerando as diferenças e desigualdades étnico-raciais da população brasileira,
- Criar um Programa Nacional de formação e qualificação dos trabalhadores em saúde acerca das especificidades da saúde da população negra e as doenças físicas e mentais decorrentes do racismo,
- Criar um programa nacional de saúde mental da população negra e indígena, considerando a grande incidência de doenças mentais entre essa parcela da população

## 5) EDUCAÇÃO

Os investimentos do nosso governo em educação não tem paralelo na história do País e é sintomático que o único presidente da República sem curso superior tenha sido aquele que mais criou universidades, cursos técnicos e que mais verbas destinou a educação básica e superior. Lula e Dilma construíram 18 novas universidades federais (Lula 14 e Dilma 4). Pela primeira vez o número de pessoas cursando universidades públicas federais passou de 1 milhão. O PROUNI, Programa Universidades para Todos, ofereceu mais de 1 milhão e 400 mil bolsas em universidades privadas para estudantes de baixa renda. Aproximadamente 69% dessas bolsas são integrais, foram criadas mais de 300 escolas técnicas no Brasil em 8 anos, sendo que, em toda a história do Brasil até 2003, haviam sido criadas apenas 140 escolas técnicas. Lei enviada ao congresso pela Dilma repassa 75% do fundo social do pré-sal para a educação. Só não foi possível fazer mais porquê, segundo nossa Constituição, a educação básica é responsabilidade dos estados e municípios, muitos deles controlados por partidos que se recusam a investir em educação para sua população.

Ao priorizar a educação pública de qualidade mais uma vez, nossos governos asseguraram a inclusão do componente étnico-racial em todos os níveis de ensino. Defendemos a continuidade dessa política, perseguindo o objetivo de elevar o número de anos de estudos da população negra, buscando a eliminação desigualdade histórica em relação à média da população branca. Para tanto, defendemos a implementação das seguintes medidas:

- Retomar o Programa de Ações Afirmativas na Educação Superior e Técnica, garantindo a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos da escola pública, com recorte racial e étnico, por curso e turno, em todas as universidades, faculdade e escolas técnicas estaduais, bem como ações específicas visando a permanência dos ingressantes por reserva de vagas, por meio de assistência estudantil e de apoio acadêmico e pedagógico,
- Exigir dos estados e municípios a aplicação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que instituem, a partir de mudança da LDB, a obrigatoriedade do ensino das

culturas e histórias afro-brasileira, africana e dos povos indígenas na educação básica,

- Retomar e fortalecer PROUNE,
- Retomar e fortalecer o programa Ciências sem fronteiras
- Rever e fortalecer o FIÉS, exigindo contra partida no que diz respeito à qualidade o impedimento do aumento dos valores, assim como cumprir a exigência legal que determina ....% de empresa nacional na educação
- Aumentar o financiamento da educação superior, estabelecer cotas para pesquisadores negros e destinando verbas para pesquisas envolvendo as questões étnicos raciais,
- Fazer gestões para incluir no Plano Nacional de Educação a obrigatoriedade da capoeira como conteúdo interdisciplinar das disciplinas de Educação Física, Educação Artística e História para alunos do Fundamental e Médio, garantindo ainda a qualificação dos (as) professores (as) para o tema,

## 6) DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREGO

Foi durante os nossos governos que o Brasil atingiu o menor taxa de desempregados de toda a história, chegando a 5%. Quando o presidente Lula assumiu a presidência, o desemprego chegava a quase 13%. Segundo o IBGE houve um aumento de 65% do emprego no Brasil e foram criados 20 milhões de novos empregos no país. O aumento do salário mínimo fez com que chegasse ao seu maior poder de compra desde 1979 segundo pesquisa do Dieese. Quando FHC deixou a presidência o salário mínimo valia 70 dólares, após 11 anos, valia 320 dólares. O PRONATEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, ampliou a oferta de cursos profissionalizantes. Até o final de 2014 foram quase 8 milhões de pessoas de baixa renda fazendo cursos profissionalizantes, sem custo algum. Mais uma vez, os negros – grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras com baixa qualificação técnica – foram os grandes beneficiados.

Nosso governo atuará fortemente para diminuir a desigualdade de acesso e ascensão no trabalho, investirá na capacitação do trabalhador e da trabalhadora negros e acelerará o desenvolvimento econômico considerando a diversidade regional e a participação da população negra no processo de distribuição da riqueza. Estas iniciativas serão integradas no Programa de Ações Afirmativas para as Oportunidades de Trabalho, composto inicialmente por:

- Promover políticas de Ação Afirmativa nos concursos para ampliar as oportunidades de acesso dos negros e negras aos empregos públicos, considerando a presença de mulheres e jovens,
- Estimular a adoção de programas de Ação Afirmativa e de combate ao racismo institucional no setor público e privado. Assim, considerar a existência desses programas como critério para participação das empresas privadas em processos licitatórios estaduais,
- Apoiar com crédito e capacitação às empresas de pequeno e médio portes de empreendedores e produtores negros,

- Criar programa de formação/qualificação de jovens empreendedores negros e negras – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema “S”, as escolas técnicas e universidades,
- Criar um programa especial de aquisições por parte do governo federal de produtos de pequenas e médias empresas geridas por negros,
- Criar um programa especial de aquisições por parte do governo federal de empresas de empresas que promovem ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial,
- Contribuir para elaboração de projetos de lei que visem impedir a discriminação racial no mundo do trabalho, tanto no serviço público como no privado, com o estabelecimento de um conjunto de cláusulas anti racistas a serem incluídas nos acordos entre trabalhadores e empregadores tendo como referência aquelas já elaboradas pelo movimento sindical e sistematizadas pelo DIEESE e INSPIR.

## 7) CULTURA, ESPORTE E LAZER

A cultura é o principal fator de identidade de um povo e não pode ser considerada – como tem sido a regra, infelizmente – como algo menor em um programa de governo. Os nossos governos acertaram muito na gestão da cultura no nosso país, não apenas por nomear ministros profundamente comprometidos com a cultura mas por desenvolver projetos importantíssimos que buscavam superar a visão puramente comercial e de entretenimento da cultura. Pontos de cultura, investimentos nas manifestações culturais regionais, mudança de prioridade dos financiamentos para as regiões norte e nordeste, diminuindo a prioridade para o sudeste e as grandes empresas, valorização do patrimônio cultural do “Brasil profundo”... Foram diversas iniciativas importantes no sentido de democratizar o acesso à cultura para toda a população e o acesso ao financiamento da cultura para os produtores historicamente marginalizados.

Esporte e lazer também foram setores onde foi possível constatar importantes avanços importantes. O incentivo ao esporte, como espaço sociabilização e integração social é fundamental. O esporte e o lazer representam poderosos instrumentos para o desenvolvimento da educação, da cultural, da integração social e para a manutenção de uma cultura de paz. Além disso, como manifestação cultural tem o papel de valorizar as identidades nacional e regionais e importantíssimo instrumento para a educação e integração social da juventude. Nesse sentido o nosso governo deverá priorizar:

- A promoção de políticas de cultura, valorizando as expressões e patrimônios culturais de matriz africana,
- Retomada dos pontos de cultura
- Criação de programas e ações de fomento para as associações negras, clubes, escolas de samba, dentre outras expressões culturais negras como forma de preservar parte significativa do patrimônio cultural material e imaterial,
- Criação de um Museu Afro em Brasília ou na Serra da Barriga
- Promoção de políticas de esporte como forma de aumentar a qualidade de vida da população negra, valorizando a relação intergeracional, propondo,
- Estimular programas e ações na área de esporte direcionadas aos negros e negras, em especial a juventude, de modo a assegurar sua presença em todas as modalidades de esporte, inclusive os esportes olímpicos,

- Garantir a disseminação da prática de esportes visando a qualidade de vida, principalmente da população negra e das periferias das médias e grandes cidades, estimulando a convivência intergeracional e intrageracional por meio do esporte, com investimentos na infra estrutura,
- Garantir Oferecer bolsas de estudos para jovens negros e negras que se destacarem nas atividades esportivas, visando sua preparação para os jogos olímpicos,

## 8) RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado. Em 2013, nosso governo instituiu o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, com a finalidade de promover o livre exercício das diversas práticas religiosas e de disseminar uma cultura de respeito às diferentes crenças e convicções, estimulando o fim da intolerância religiosa. O Disque 100 é um canal de ouvidoria nacional para recebimento de denúncias sobre violações dos direitos dos praticantes de ritos religiosos, especialmente os de matriz africana. Não obstante, com o advento do fundamentalismo religioso cristão as agressões às religiões e religiosos de matriz africana tem crescido assustadoramente. Essas agressões se tornam mais graves quando agentes do Estado, filiados àquelas denominações religiosas utilizam o poder que lhe é concedido por toda a sociedade para perseguir, demonizar e criminalizar essas religiões. Parlamentares, chefes de Executivo, membros do Ministério Público e do Judiciário, delegados de polícia e policiais tem sistematicamente perseguido as religiões de matriz africana omitindo-se, inclusive, quando se evidenciam a aliança entre os autodenominados cristãos com organizações criminosas. A própria democracia começa a ser ameaçada por dirigentes políticos fundamentalistas, eleitos a partir de uma pregação de ódio e agressão as religiões de matriz africana. Assim o nosso governo deverá desenvolver as seguintes medidas:

- Criar o Plano Nacional para a Liberdade e Diversidade Religiosa, e fortalecer a institucionalidade do poder executivo para coordenação específica da política para a diversidade religiosa no âmbito dos direitos humanos, assegurando a participação social de representantes de todas as religiões, especialmente das religiões de matriz africana,
- Convidar para todos os conselhos participativos do Estado brasileiro (como Educação, Cultura, etc) representantes de religiosos de matriz africana, nas mesmas condições em que são convidados a Igreja Católica, as denominações evangélicas, a comunidade judaica, etc,
- Desenvolver campanhas institucionais contra a intolerância religiosa e pela valorização das religiões de matriz africana,

- Punir, com base código de comunicações???. os meios de comunicação de promoverem o ódio religioso e ataquem as religiões de matriz africana,
- Determinar ao Ministério da Justiça e a Polícia Federal a investigação de organizações e indivíduos que disseminam o ódio as religiões e de matriz africana,
- Articular com o Ministério Público e o Poder Judiciário ações e protocolos para punir indivíduos ou grupos que pregam ódio as religiões de matriz africana e a intolerância religiosa,
- Desburocratizar os trâmites referentes às questões tributárias e legais de templos religiosos e propor legislação para que os templos de religiosos de matriz africana gozem dos mesmos direitos e privilégios das outras religiões
- Propor legislação para o reconhecimento dos sacerdotes de matriz africana, no mesmo nível dos sacerdotes de outras religiões,
- Fazer um mapeamento de todas as comunidades religiosas das religiões de matriz africana no Brasil, estabelecendo um diálogo, abrindo canais para denúncias
- Apoio ao projeto de Lei n o.... de autoria de Vicentinho

## 9) MULHERES NEGRAS

As mulheres negras são o segmento da nossa sociedade que mais sofre com a discriminação que, via de regra é tripla (por serem mulheres, por serem negras e por serem pobres). A longo da nossa história, todavia, foram as mulheres negras que, a despeito das ações do Estado no sentido contrário, garantiram a sobrevivência das famílias negras, durante e depois da escravidão. A sociedade brasileira sempre tratou de forma criminosa as mulheres negras; vítimas da exploração intensa na produção escravista, da violência sexual, do esgarçamento e destruição das suas famílias, do abandono, dos baixos salários, do impedimento a escolaridade e ao mercado de trabalho.

Reconhecer os crimes cometidos pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias escravistas e seus descendentes contra as mulheres negras exige que esse mesmo Estado desenvolva políticas compensatórias específicas. Nossos governos avançaram de maneira significativa nesse sentido. Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, PROUNE e diversos outros programas sociais de caráter generalistas acabaram por beneficiar as mulheres negras. Todavia, há que se avançar muito mais e, nesse sentido, o governo que elegermos em 2018 deverá, nos programas e ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, considerar a realidade específica das mulheres negras, sujeitas às várias formas de discriminação e:

- Desenvolverá políticas públicas que busquem igualdade de tratamento, de salários e de oportunidades no mundo do trabalho, em especial no trabalho doméstico assalariado, área de concentração das mulheres negras,
- Implementará o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem a superação da discriminação racial e étnica
- Promoverá a igualdade de gênero e raça para as mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas, as empreendedoras, as profissionais do sexo e as aquelas com alto índice de vulnerabilidade por meio de programas de capacitação,

- Criará e implementará um programa de proteção à saúde da mulher negra vinculada ao Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal,
- Incorporará o recorte de gênero e raça nas metodologias de análises e avaliação da qualidade da educação, saúde, oportunidade de emprego e combate as todas as formas de violência.